

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil Class.: 226

Data: 29/11/91 Pg.: _____

CPI recomenda criação de 2 territórios no Amazonas

Francisco Gonçalves

BRASÍLIA — A criação de dois novos territórios no estado do Amazonas, a regulamentação da profissão de garimpeiro, com criação de áreas especiais para exploração mineral, e a demarcação de reservas indígenas com no máximo 200 hectares por índio são os principais pontos do relatório com as conclusões da CPI sobre a "internacionalização da Amazônia". Elaborada pelo deputado Avenir Rosa (PDC-RR) — envolvido em inquérito sobre tráfico de crianças —, a versão preliminar do relatório foi entregue na quarta-feira aos membros da CPI e será colocada em votação na quinta-feira da próxima semana.

Dividido em 11 tópicos e com 23 páginas, o relatório avalia que as grandes distâncias da Amazônia dificultam a administração da região e propõe, com aval do governador Gilberto Mestrinho, a criação dos territórios federais de Rio Negro, com sede em São Gabriel da Cachoeira, e de Alto Solimões, com sede em Tabatinga. Para evitar ameaças à região, o relator sugere ainda uma política nacional para a Amazônia, que prevê, entre outros pontos, a preservação do Programa Calha Norte e criação de um Fundo Amazônico.

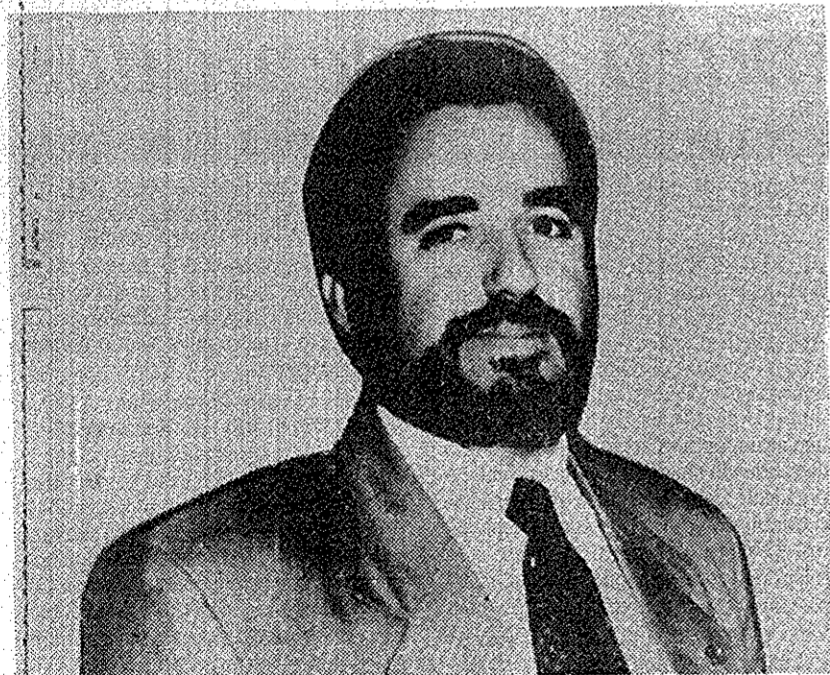
No relatório, Avenir Rosa reconhece também que tanto as missões religiosas estrangeiras que atuam na Amazônia como os aeroportos clandestinos ainda não colocaram em risco a soberania da região. No caso das missões, o relator aconselha, no entanto, que a Polícia Federal investigue a fundo as irregularidades. Para alegria dos militares, o relator também incluiu nas conclusões um pedido de concessão de prioridade a verbas para criação de um sistema de vigilância da Amazônia, por radar do Ministério da Aeronáutica.

Depois de 27 reuniões, duas viagens ao Norte do país e 39 depoimen-

tos, o relatório de Avenir Rosa faz ainda menção especial à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), ao Ibama, às reservas indígenas e ao estado de Roraima. O relator estabelece, por projeto de decreto legislativo, a criação de comissão especial, composta por cinco membros da CPI, para avaliar "as pressões internacionais sobre a Amazônia", relacionadas à Rio-92.

Limitando o poder de fiscalização do Ibama, o relator pede, em projeto de lei, que as ações de controle ambiental sejam regionalizadas, com a presença de representações estaduais e municipais nas diligências do Instituto. Preocupado particularmente com os efeitos da demarcação da reserva ianomâmi sobre Roraima, o relator recomenda que seja constituída comissão mista, com participação do governo federal e estadual. Com prazo para concluir os trabalhos até 21 de abril de 92, a comissão deverá apresentar soluções para o conflito entre garimpeiros, índios, Igreja e fazendeiros da região.

Durante as reuniões da CPI, foram ouvidos desde o secretário de Meio Ambiente da Presidência da República, José Lutzenberger, e membros dos ministérios militares, até os mais áduos defensores do desenvolvimento da região, como o governador Gilberto Mestrinho. Composta por 13 deputados, dos quais apenas um não é da chamada Amazônia Legal, a comissão parlamentar chegou a pedir, em uma de suas viagens ao Norte do país, a demissão de José Lutzenberger e da então presidente do Ibama, Tânia Munhoz, por envolvimento com organizações internacionais. Tânia Munhoz acabou sendo demitida por Lutzenberger, que ficou indignado com denúncias de parlamentares na CPI sobre abuso de fiscais do Ibama.



Avenir pediu controle militar da região com radares

As medidas recomendadas

- Criação de dois territórios no estado do Amazonas para facilitar a administração e garantir novos recursos federais à região;
- Apresentação de Projeto de Lei limitando as dimensões das reservas indígenas a 200 hectares por índio, com cadastramento das tribos;
- Regulamentação da profissão de garimpeiro e demarcação de reservas de garimpagem;
- Investigação das missões religiosas estrangeiras;
- Investimentos para implementação de sistema de vigilância por radar pelo Ministério da Aeronáutica, no valor de US\$ 500 milhões;
- O Ibama passa a ter poder de fiscali-

zação limitado, com regionalização do controle ambiental;

- Monitoramento rigoroso dos fundos e investimentos externos das organizações ambientais não-governamentais;
- Controle das pressões internacionais vinculadas à Conferência do Meio Ambiente;
- Criação da Política Nacional da Amazônia, com retomada do Programa Calha Norte e inúmeras medidas para desenvolvimento da região;
- Criação do Fundo Ideia (Investimento para Desenvolvimento Emergencial e Integração da Amazônia), gerido pelo Banco da Amazônia, com recursos provenientes de 1% das negociações com outras regiões do país. Só paga a parte não-amazônica da transação.